

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E EMBATES POLÍTICO-PEDAGÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NO CEARÁ

Maria Juraci Maia Cavalcante*

<https://orcid.org/0000-0003-1762-885X>

José Wagner de Almeida**

<https://orcid.org/0000-0003-2111-8270>

Resumo: Trata da história política da escola no Ceará, com base na produção historiográfica local e nacional. Toma por foco algumas instituições de ensino, como lugares ou roteiros de observação do fenômeno educativo, referentes a três grandes períodos da história do Ceará, que acompanham a construção do Brasil como nação e sociedade: 1) Colônia: o Hospício de Aquiraz (1723-1759); 2) Império: o Liceu do Ceará (1845), o Seminário da Prainha (1864), a Escola Normal (1884); 3) República: a Faculdade de Direito (1903) e a Escola Normal reformada (1922). Feito isso, destaca os debates que animaram intelectuais, atores políticos e educadores a criar/reformar instituições e políticas educativas republicanas, entre os anos 1920-1930, quando se instala o chamado Estado Novo, e os anos 1950, que demarcam um curto e intenso período de retomada da democracia no Brasil, com o embate entre católicos e laicos, o ensino rural e técnico, a tradição e a inovação educacional.

Palavras-chave: Escola; República; Instituições; Debate pedagógico; Ceará.

EDUCATIONAL INSTITUTIONS AND POLITICAL-PEDAGOGIC STRUGGLES: THE CONSTRUCTION OF THE SCHOOL IN CEARÁ

Abstract: It deals with the political history of the school in Ceará, based on local and national historiographical production. It focuses on some educational institutions, as places or itineraries for observing the educational phenomenon, referring

* Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Brasil. juracimaiacavalcante@gmail.com.

** Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Aracati, Brasil. almeidajw@gmail.com.

to three major periods in the history of Ceará, which accompany the construction of Brazil as a nation and society: 1) Colony: the Hospício de Aquiraz (1723 - 1759); 2) Empire: the Lyceum of Ceará (1845), the Prainha Seminary (1864), the Normal School (1884); 3) Republic: the Faculty of Law (1903) and the reformed Normal School (1922). Having done that, it highlights the debates that animated intellectuals, political actors and educators to create/reform republican educational institutions and policies, between the 1920s-1930s, when the so-called Estado Novo was installed, and the 1950s, which marked a short and intense period of resumption of democracy in Brazil, with the clash between Catholics and lay people, rural and technical education, tradition and educational innovation.

Keywords: School; Republic; Institutions; Pedagogical debate; Ceará.

Introdução

A divisão temática da História segue a tendência das ciências em geral de recorrer à fragmentação de realidades – sejam elas biológicas ou médicas, sociais ou culturais – para alcançar o entendimento de dinâmicas e estruturas maiores. Isso significa que a educação integra um conjunto a que chamamos de sociedade e que os estudiosos que dela se ocupam necessitam estudar essa atividade social, como parte indissociável da economia e da política.

Para entender os desafios postos para os estudos históricos, temos apoio na orientação de Marc Bloch (1987), por considerá-lo bastante esclarecedor, ao nos advertir sobre o risco de pensar a pesquisa histórica como julgamento do passado, que abre espaço para condenações e/ou aprovações, como pressupostos do alcance de versões verdadeiras e refutação de falsidades. No lugar disso, Bloch alerta para a necessidade de uma disposição investigativa baseada em conjecturas e indagações, aproximações e interpretações, abertas ao entendimento dos horizontes de época dos nossos antepassados e ao debate com outros investigadores.

A importância da História da Educação do Ceará reside na possibilidade de entendermos o sentido da educação, no tempo e no espaço, sabendo que há significados distintos sobre a necessidade e o modo de promovê-la, assim como do próprio desenho político e territorial do Ceará. Isso quer dizer que estudamos ações e concepções de organização social e política, que são escorregadias como água, tão atravessadas por incertezas e dúvidas, que a expectativa de verdade deve dar lugar à dúvida e a indagação, sendo este justamente o nosso ofício, quando nos debruçamos sobre o tempo passado: seguir rastros, vestígios e evidências, para tirar desse mosaico uma composição que diga como viviam os nossos antepassados. Ao fazer isso, reunimos elementos capazes de entender o presente, imaginar o futuro e medir as diferenças que nos separam.

Escolhemos as instituições de ensino como lugares ou roteiros de observação do fenômeno educativo, capazes de nos ajudar a estruturar esta narrativa, referentes a três grandes períodos da história do Ceará, que acompanham a construção do Brasil como nação e sociedade.

Feito isso, daremos destaque aos debates que animaram intelectuais, políticos e educadores a criar outras instituições e políticas educativas republicanas, entre os anos 1920-1930, quando se instala o chamado Estado Novo, e os anos 1950, que demarcam um curto e intenso período de retomada da democracia no Brasil, com o embate entre católicos e laicos, o ensino urbano e rural, a tradição e a inovação educacional.

Podemos, assim, partir tanto de registros oficiais em perspectiva linear, que refletem ações governamentais para a educação, como privilegiar tensões entre governantes e governados, letrados e analfabetos, privilegiados e excluídos, como marcos fundantes de temporalidades e dinâmicas sociais subjacentes ao campo da educação. Diante da indicação de algumas fontes e autores/as que nos ajudaram a entender alguns aspectos do passado educacional do Ceará, é necessário salientarmos

que foi preciso seguir caminhos e leituras, que mostram um pouco da nossa própria experiência, no campo da história da educação, razão pela qual nos reapropriamos de trechos dessa produção autoral de décadas para a construção deste artigo. Certamente, há outros caminhos e rotas de investigação que poderão ser consultadas a partir das nossas e de outras referências.

Instituições educativas do Ceará

A escolha feita diz respeito às instituições de ensino que elegemos como emblemáticas da construção de uma educação escolar cearense, em cada período histórico: 1) Colônia: o Hospício de Aquiraz (1723-1759); 2) Império: o Liceu do Ceará (1845), o Seminário da Prainha (1864), a Escola Normal (1884); 3) República: a Faculdade de Direito (1903) e a nova Escola Normal (1922). Através dessa rota, podemos analisar diferentes processos educativos e recorrer à perspectiva comparada, reveladora de semelhanças, diferenças e circularidades de modelos e métodos pedagógicos. É possível apresentar atos legais, que refletem intenções governamentais para a educação; privilegiar tensões entre governantes e governados, letrados e analfabetos, privilegiados e excluídos, que demarcam o tempo e as dinâmicas sociais enfocadas. A eleição das instituições educativas, conforme Justino Magalhães (1999), permite que façamos ligações esclarecedoras sobre as duas abordagens descritas, porque nelas está inscrito um propósito político carregado de contradições e embates, privilégios e propósitos de controle social.

Resumidamente, o Hospício do Aquiraz tem funções múltiplas, no apoio às missões jesuíticas: hospedaria, hospital, residência e colégio, com pedagogia de base cristã; o Liceu, o Seminário da Prainha e a Escola Normal mostram o Estado e a Igreja disputando a educação se-

cundária (e superior) oferecida aos jovens que vão compor a elite letrada; a Faculdade de Direito e a Nova Escola Normal exibem o poder do estado republicano, no ordenamento legal e escolar do Ceará, estando este relacionado com as interações e tensões entre regiões e unidades federadas.

As instituições educativas destacadas nesse roteiro sumariado de estudos exibem uma tipologia que pertence à mentalidade e propósito econômico e político de cada época. Assim, no período colonial, a educação estava a cargo da Companhia de Jesus, tanto em relação à catequização dos indígenas para subjugar suas culturas próprias aos valores da civilização cristã/mercantil europeia, quanto no que se refere ao ordenamento de colégios para a formação de religiosos e de fortalecimento de uma religiosidade católica nos filhos de colonos e proprietários de terras e negócios.

Colônia: o Hospício de Aquiraz (1723-1759)

A criação do Hospício do Aquiraz tem em vista organizar as missões jesuíticas nessa área da colônia, pois a Coroa portuguesa considera a sua importância geopolítica, como zona de passagem entre Pernambuco e Maranhão, no momento que Portugal expande seu projeto colonial para o Norte, em face da ameaça de holandeses e franceses. O historiador jesuíta Serafim Leite (2004) evidencia que o Hospício de Aquiraz (1723-1759), nos 36 anos de sua existência, tinha um propósito de pacificação indígena, por meio de uma rede de aldeamentos das várias tribos que habitavam esse território, em meio a disputas e guerras, tanto intertribais quanto entre portugueses, holandeses e franceses. Se tivesse continuado a ter espaço, pretendiam os Jesuítas construir ali um Seminário para estudos teológicos superiores e formação de quadros missionários para a expansão do ideário cristão no Ceará. No reinado

de D. José (1750-1777), por ordem do seu ministro, Marquês de Pombal, em 1759, se dá a expulsão dos Jesuítas de Portugal e das suas colônias, interrompendo o projeto educativo e a ação missionária dos Jesuítas, posta nas aldeias – que passam a Vilas, segundo apontamentos do Barão de Studart (*apud* CASTELO, 1970, p. 24): 1) Ibiapaba (Vila Viçosa Real); 2) São Sebastião de Paupina (Vila Nova de Messejana); 3) Caucaia (Vila Nova de Sure); 4) Parangaba (Vila Nova de Arronches); 5) Paiacu (Monte Mor o Nôvo da América/ Baturité). Temos aqui a cartografia da ação jesuítica no Ceará colonial, que foi a base da fundação de algumas de suas cidades.

A partir desse decreto, a educação passou a ser atribuição do Estado Absolutista português, retirando dos Jesuítas essa função, por meio da criação das chamadas Aulas Régias (1759), que perfilam a criação do ensino público, oficial e laico, e dão uma pincelada iluminista ao ordenamento educacional; embora essa intenção tenha sido bastante reduzida em alcance, na prática constituiu um marco considerado importante para a história educacional, pois foi aplicada em todo o reino, implicando em reformas educativas em Portugal e no Brasil colonial, nas primeiras letras e ensino secundário, que alcança também a Universidade de Coimbra, considerada matriz do ensino superior.

Outra consequência a destacar foi a perseguição política e ideológica aos Jesuítas e a posterior extinção da Companhia de Jesus, o que significou exílio e proibição de funcionarem seus colégios e missões, em quase todo o século XIX. Todavia, há quem considere que a atuação dos Jesuítas nos dois primeiros séculos do Brasil colonial, por um lado, terá lançado as bases do que Fernando de Azevedo (2010) considera o Brasil letrado e, de outro lado, promovido a descaracterização e subordinação cultural dos povos originários e dos povos escravizados do continente africano, a quem chamaram os conquistadores europeus de indígenas e negros. A história social mostra os inúmeros levantes, fugas e revoltas desses povos de cultura oralizada, inscritos em aldeamentos

quilombolas e indígenas espalhados pelas matas e sertões desse imenso Brasil.

Império: o Liceu do Ceará (1845), o Seminário da Prainha (1864) e a Escola Normal (1884)

O transplante da capital e da Corte do reino de Portugal para o Rio de Janeiro, ante a invasão francesa, no reinado de D. João VI, demarca um novo período das relações entre colônia e corte. Esse fato teve impacto forte sobre a história política e educacional do Brasil, pois implicou na criação de uma série de instituições e medidas para dar a infraestrutura administrativa necessária para a implantação do Reino português, entre 1808 e 1822, a exemplo de escolas médico-cirúrgicas e Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816-1822).

Com a Independência do Brasil, são criadas mais algumas instituições de ensino superior, caso das escolas de engenheiros militares e as Faculdades de Direito de Recife e São Paulo (1827). A nação em edificação tem a intenção de formar a inteligência e corpo político-administrativo, mas é baseada na Faculdade de Direito de Coimbra, posto que o Brasil continuava a ser governado por familiares da realeza portuguesa.

Após a independência, no Ceará provincial, como mostra Plácido Aderaldo Castelo (1970), a instalação do Liceu (1845) assinala a adoção do modelo de ensino secundário francês, através do estudo de línguas (Latim, Francês, Inglês), Poesia e Retórica, Filosofia, Geometria, Geografia e História, que começa a funcionar na casa dos professores, prédios públicos e em várias cidades (Baturité, Sobral, Aracati, Maranguape, e São Bernardo, hoje Russas), antes de ter sede própria (1894), na capital.

No âmbito do ensino religioso, o Seminário da Prainha (1864) – tendo sido precedido pelo Seminário de Olinda (1800), de onde, segundo Fernando de Azevedo (2010), sopraram as ideias liberais que estimularam sentimentos republicanos e separatistas no Ceará – foi entregue aos padres lazaristas franceses, da Ordem de São Vicente de Paulo, oferecendo uma formação de base humanística, literária e caritativa, sob a tônica da educação conservadora de uma elite letrada, que comporá o clero e as profissões liberais da época.

Para a organização do ensino primário, a Escola Normal do Ceará (1884) tomará o modelo de escola normal francesa e americana, tendo passado por algumas reformas e prédios, que evidenciam a sua desafiadora adaptação às exigências de cada período, no que toca à formação de professores e professoras primárias, na capital e no interior. Criada nos últimos anos do Império, alcançará a República como instituição fundamental para os projetos políticos que caracterizaram a história do Ceará e do Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e da primeira metade do século XX, a cargo das mulheres, que são vistas como mestras e mães da nação.

República: a Faculdade de Direito (1903) e a Nova Escola Normal (1922)

Nas primeiras décadas da república brasileira, gostaríamos de destacar a criação de uma instituição de nível superior e a realização de uma reforma educacional, como evidências de um confronto entre forças conservadoras e de renovação educacional. A Faculdade de Direito (1903) foi criada no governo de Pedro Borges, tendo como primeiro diretor Antônio Pinto Nogueira Acioly, considerado representante da oligarquia rural que presidiu o Ceará em dois períodos: 1896-1900 e 1908-1912. No estudo de Raimundo Girão (1960), é possível ver o signi-

ficado que teve para a formação superior as forças políticas que a demandaram, a base legal da sua instalação e composição de matérias e corpo docente, sabendo que, até então, a formação jurídica precisava ser feita entre Pernambuco e/ou São Paulo.

Em 1922, quando o Brasil comemora o centenário da sua Independência, há uma atmosfera favorável à indagação sobre a identidade nacional e uma insatisfação crescente diante de certo atraso em relação a sua equiparação às nações ditas modernas, conforme ficou registrado nos manifestos políticos e culturais da época, tanto no norte quanto no sul do País.

A República não lograra atualizar-se ou “modernizar-se” no mesmo diapasão de outros Estado-nação – como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos –, onde o capitalismo e os movimentos sociais construíram novos valores sociais, políticos e estéticos. A medíocre vida político-institucional e cultural era objeto de chacota pesada, como se constata em periódicos da época. Em quase todas as regiões do país, a sensação de atraso atingia alguns membros das elites, para quem a superação desse descompasso, a reforma, impunha-se em todos os níveis, inclusive no das artes e da literatura. (LOPES; MOTA, 2008, p. 600)

Assim, no governo de Justiniano de Serpa, envolto nessa atmosfera festiva e insurgente, a Escola Normal do Ceará ganha uma reforma e um novo prédio, sob inspiração das ideias da Escola Nova e/ou Ativa, que marcam uma sintonia da pedagogia cearense e brasileira com as tendências renovadoras nessa área da Europa e dos EUA, momento em que será expandida uma rede de escolas primárias em Fortaleza e no Ceará.

Ensaio de Escola Nova (1920-1930): a Reforma da Escola Normal e a ampliação do Ensino Primário

Sabidamente, a República brasileira foi construída em meio a entendimentos diversos, mistura de ideologias, pertencas políticas ambíguas e localismos, componentes resultantes tanto do processo de colonização portuguesa, marcado pelo regime monárquico e arraigado catolicismo, quanto de inclinações nacionalistas, nascidas da repulsa por subjugações e ânsia por liberdade de ganhos, sentimentos estes inspirados pela ambiência de circulação intensa de mercadorias e ideias revolucionárias e laicizadas da burguesia europeia.

As três primeiras décadas foram eivadas de autoritarismo, desacordos de propósitos entre unidades da federação, lutas políticas ferrenhas, que oscilavam entre a tradição e novidade e arriscadas tensões em direção à fragmentação territorial. Nesse ambiente conflituoso, a República terá significado coisas diferentes, sob o prisma das Unidades federadas e localidades, quando ainda não se havia inventado o conceito de região. Nesse sentido, entender a montagem republicana do Brasil implica vê-la no interior de sua dinâmica descentralizadora e plena de uma multiplicidade de interesses e visões, todas postas em litígio, com o fim do Império e deslocamento do centro da economia brasileira para São Paulo e Minas Gerais.

Torna-se imprescindível indagar o que o novo regime terá significado para unidades da federação como o Estado do Ceará, que, se na colônia fora parte de Pernambuco e de uma economia apenas subsidiária à monocultura do açúcar, assentada na atividade pastoril, na República, em tese, representaria muito pouco nessa barganha pela condução política do Brasil. Contudo, a mesclagem e a presença díspares de fenômenos como o ideário da maçonaria, ali em circulação ao longo do XIX, como sinaliza Abreu (2009); o misticismo religioso e popular, o coronelismo, o banditismo e o catolicismo romanizado, conforme Della Cava (1976), fazem do Ceará, em nossa opinião, um interessante *locus* de observação das sutilezas e variações da história republicana do País.

Visto ser 1922 o ano do centenário da Independência do Brasil, marco de uma comemoração realizada com grande pompa, em escala nacional, isso parece explicar em parte a coincidência de tanta iniciativa de renovação em simultâneo e a propagação de algumas ideias acerca da especificidade da nação brasileira que então se achava em processo formativo.

O país estava à nossa espera, cheio de juventude. O que se concebera como uma diretriz estética, a Antropofagia, na realidade definia o Brasil. Como provava o abrasileiramento, logo na primeira geração dos filhos dos quase quatro milhões de imigrantes desembarcados em nossos portos entre 1860 e 1922. Éramos uma nação antropófaga, devoradora de tudo que vinha de fora, capaz de assimilar e reproduzir, modificados e enriquecidos, os valores que nos interessavam, eliminando o resto. A teoria do Brasil canibal ficou em linguagem de manifesto – quem a formulou, Oswald de Andrade, era um mestre de poucas palavras carregadas de certeza, porém foi de uma fecundidade enorme. Ajudou, por algum tempo, a varrer para longe os determinismos pessimistas. (MOTA, 2000, p. 24)

Afinal, essa movimentação também ocorria em outras unidades da federação, mesmo sendo afastadas do núcleo econômico mais dinâmico, considerando-se, por exemplo, a fermentação intelectual e cultural de Recife, na busca do significado do Nordeste para a cultura nacional, na esteira do modernismo, sabendo-se inclusive que este último parecia significar muita coisa, adquirindo, por vezes, sentido bem antagônico.

No Ceará, o Presidente Justiniano de Serpa adota a modernidade como uma bandeira do seu governo e, não por acaso, encampa uma reforma da instrução pública, em 1922, para implantação da chamada pedagogia da escola nova, ao encargo de um pedagogo paulista, inspirada em modelo europeu e norte-americano, com vistas a equiparar a educação nacional e estadual ao padrão dito civilizado e, assim, superar o atraso do meio social. Afinal, tudo parecia, então, estar na dependên-

cia de um projeto de escolarização, como salienta o famoso estudo de Jorge Nagle (2009). A reforma então iniciada, com grande repercussão no meio educacional local e imprensa nacional, seria interrompida em 1923, em função da morte súbita do Presidente cearense. No entanto, ficaram as sementes da escola nova em relação à formação de normalistas e implantação do ensino primário, e contribuíram para a retomada posterior desse movimento político-pedagógico, no âmbito da interiorização da escola normal e regulamentação do ensino secundário.

Nesse período, a exemplo do que acontecia no sudeste, como evidenciam os estudos reunidos por Maria Elisabeth Miguel, Diana Vidal e José Carlos Souza Araújo (2011), sobre reformas educacionais e manifestações da Escola Nova no Brasil, de 1920 a 1946, o Ceará viveu a impactante reforma educacional de 1922, sob a direção de Lourenço Filho, conforme analisam estudos já publicados (CAVALCANTE, 2000; BASTOS; CAVALCANTE, 2009), considerada um acontecimento de suma importância para a construção da educação cearense e nacional.

Foi um experimento político-pedagógico de ampliação e renovação escolar baseado na escola ativa, que teve vários desdobramentos; entre eles, a expansão da rede de grupos escolares, como mostra o estudo de Zilsa Santiago (2017) e o projeto de ruralização da escola normal, fenômeno estudado por Fátima Araújo (2014), como elementos da reforma do ensino secundário; mas, sobretudo, da formação de uma cultura pedagógica favorável à escola nova, inspirada nas formulações ditadas por vários filósofos e pedagogos europeus e americanos, nos séculos XIX e XX.

Na década seguinte, por ocasião do 6^o Congresso Nacional de Educação, realizado em Fortaleza, em 1934, o então Diretor da Instrução Pública, Joaquim Moreira de Sousa, no relatório apresentado naquela ocasião e publicado no mesmo ano sob o título *Por uma Escola Melhor*, apresenta recomendações suscitadas no decorrer do Congresso para a organização do ensino em geral e, em particular, sobre o ensino

secundário, que merecem ser aqui destacadas, pois espelham o ambiente intelectual e as expectativas reformistas do meio político educacional cearense e brasileiro em que são formuladas.

O ensino secundário deve ser organizado, por maneira a preencher a sua dupla finalidade: elevação do nível médio de cultura do povo e preparação, para a Universidade, das elites intelectuais do País. Deveria, para esse fim, compreender, pelo menos, dois ciclos: um fundamental, de quatro anos, outro, pré-vocacional de três anos, em que entrassem disciplinas representativas do espírito das profissões superiores [...]. (SOUSA, 1934, p. 134).

Moreira de Sousa conclui o relatório sintetizando as discussões havidas no referido congresso de educação, em relação ao que é preciso ser feito para construir uma escola pública melhor no Brasil, que envolve a expansão do acesso escolar, melhoria da formação docente e metodologia de avaliação da aprendizagem, assim como a implantação de equipamentos auxiliares, como bibliotecas públicas abertas; recomenda também o estímulo à publicação de livros de divulgação científica e técnica, instalação de museus das artes populares nas capitais e cidades interioranas e fortalecimento de conselhos de educação, com papel consultivo e deliberativo.

O embate entre católicos e laicos: o caso dos jesuítas portugueses

Para tratar dessa atmosfera ideológica, que opõe católicos e laicos, buscaremos evidenciar sua materialidade a partir da leitura de testemunhos postos em registros da imprensa local, expostos sobretudo no jornal clerical *O Nordeste*, entre 1927 e 1934; e ocupação do próprio espaço físico da cidade por meio da construção de edifícios e eventos públicos.

O Padre jesuíta Antônio Fernandes (1936) deixou-nos interessante registro das suas impressões acerca da ambiência social e religiosa de Fortaleza, em passagem de férias do Recife para a Escola Apostólica de Baturité:

Fortaleza, pode-se dizer que é uma cidade nova, com as suas ruas muito alinhadas. As casas bem modestas, ainda que algumas delas já mostrem pretensões de querer ombrear com as das grandes cidades. Nesta cidade quase não há carros Ford; em toda parte se veem veículos de luxo em grande número, a-pesar do péssimo sistema de calçamento das ruas. Entre Pará e Recife não há outra cidade tão populosa. Contudo não é pelo lado material que ela chama atenção do visitante, mas sim pelo progresso religioso. Sob este aspecto nem Rio, nem São Paulo, nem Baía, nem Recife, me causaram tanta impressão como a Metrópole da Terra da Luz. (FERNANDES, 1936, p. 158)

O progresso religioso a que ele se refere diz respeito à força do catolicismo e de suas obras sociais, consubstanciadas em inúmeras instituições filantrópicas e assistencialistas, periódicos, doadores piedosos, conventos, templos e colégios de irmandades diversas, vocações e seminários. Este não terá sido um testemunho isolado, porque encontramos em várias outras fontes historiográficas caracterização similar da força do Catolicismo no Ceará, no período acima assinalado, mas cuja compreensão recomenda um recuo para a época colonial e imperial, onde o encontraremos imerso nas “vicissitudes do seu tradicionalismo”, entre o trono e o altar, um fenômeno abordado com maestria pelo historiador João Alfredo de Sousa Montenegro (1992), que o considera bem mais amplo, extensivo a outras partes do Brasil e fundamento de sua própria constituição histórica, para não falar de sua força como legado, em Portugal e na própria Europa, assunto por demais vasto para ser aqui tratado.

No caso do Ceará, entre outras iniciativas de análise, como é o caso do já citado Della Cava (1976), que aborda o processo de romaniza-

ção da Igreja Católica, temos no estudo de Julia Miranda (1987) uma descrição simplificada da ação articulada de três Bispos, entre o Império e a República, com vista ao fortalecimento da Igreja romanizada:

Mencionei, anteriormente, a ação marcadamente romanizadora do primeiro Bispo do Ceará, Dom Luiz Antônio, que aqui chegou em 1861. Durante seu bispado, a Igreja cearense se fortalece, molda-se segundo a orientação tridentina e prepara as bases de um poder, que se mostra com toda a sua força no início dos anos 1930. Em apenas 20 anos, Dom Luiz Antônio funda o Seminário da Prainha e o Colégio da Imaculada Conceição, com vistas tanto a garantir a romanização, quanto a modificar o quadro de 33 padres, apenas, para 720 mil habitantes, com o qual se defrontara ao assumir o bispado. Seu sucessor, Dom Joaquim José Vieira, assume a direção da Igreja cearense em 1884 e dá prosseguimento à obra de romanização, substituindo as antigas devoções populares pelas organizações leigas do tipo Associações Vicentinas, Congregações Marianas e Ligas de Jesus, Maria e José. A ação do terceiro Bispo, Dom Manuel da Silva Gomes, inicia-se, em 1912, já sob a orientação da Encíclica *Rerum Novarum*. É compreensível, portanto, que sua grande preocupação tenha sido, desde logo, a extensão da influência da Igreja sobre o operariado. Já em 1913 ele cria o Círculo Católico de Fortaleza e o Instituto de Proteção à Infância, para, em seguida, expandir o assistencialismo católico, através da criação do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos de São José, da Liga dos Senhores Católicos e do Dispensário dos Pobres. Em 1914, ele consegue do Papa Bento XV a criação das dioceses de Crato e Sobral. (MIRANDA, 1987, p. 80-81)

Atendendo aos fins e dimensão restrita deste artigo, importante é situar algumas estratégias do Catolicismo no enfrentamento das forças do republicanismo ateu, nesta unidade da federação brasileira, o qual, embora se articule com questões nacionais e internacionais da política e da religião, encontra no Ceará uma densidade, que merece ser vista em sua especificidade, até porque a chamada Primeira República, por sua inspiração liberal, maçônica e positivista, inscrita no debate e feito constitucional que a constitui, irá operar uma descentralização tal que

ameaça, segundo os seus críticos e até adeptos, a própria consolidação da unidade da nação brasileira, como será visto depois na solução contida no golpe de 1930.

Pela Constituição de 1891, o Brasil passava a ser uma República federativa em que era assegurada considerável margem de autonomia a cada estado. Estes passam a arrecadar os impostos, antes recebidos pelo governo central: assim, detinham o controle da receita [...].

As oligarquias mais poderosas, de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, vão controlar o governo central. Ou seja, o poder estava na mão daquelas que detinham o poder econômico e um número de eleitores maior do que os estados do norte e Nordeste juntos. Essas oligarquias mais poderosas passam a alternar-se no comando do governo federal, promovendo seus interesses. As principais medidas do governo federal eram tomadas no sentido de beneficiar tais oligarquias regionais. (LOPES; MOTA, 2008, p. 572)

No interior de tal dinâmica republicana, que encerra também a realidade da separação entre Estado e Igreja, após o impulso tradicionalista do primeiro momento, a reação católica será alinhada com uma aposta na liberdade partidária dos católicos e busca de uma posição conciliadora com a República, sem deixar de lado a certeza quanto à importância social da religião, por meio da ação de um Clero que, nas diversas unidades da federação, embora sendo fiel a uma orientação advinda do Vaticano, também se vê contaminado pela descentralização que caracteriza a política republicana, no que concerne às iniciativas de fortalecimento local do Catolicismo.

Para Montenegro, apoiado em citação do periódico *A Verdade*, de 1º de novembro de 1890, a louvação católica estava sendo direcionada, pouco a pouco, para a ideia de Pátria:

O órgão da diocese do Ceará é repetitivo no esforço pela acolhida do binômio religião-pátria, franca revisão do binômio Trono-Altar, a síntese salvadora, o penhor seguro da redenção da sociedade: “Reflitam seriamente sobre o voto e reconhece-

rão que o conferir a um ímpio é como se depositassem nas mãos de um facínora o punhal homicida para transpassar o coração da própria mãe. Ouçam os clamores da consciência e atendam aos reclamos da Religião e da Pátria e no meio do dilúvio das idéias deletérias que começam a destruir as venerandas tradições da Pátria que constituem a garantia da família e da propriedade. Verão que a única e verdadeira taboa de salvação que se nos apresenta é o Partido Católico.” (MONTENEGRO, 1992, p. 109)

É no quadro dessa movimentação intensa em prol da renovação do catolicismo que se dá a chegada ao Ceará, em 1919, dos Jesuítas portugueses expulsos pela República de Portugal, conforme indica José Carvalho (2008), que estavam radicados desde 1911 em Salvador, ao abrigo da *Missão Setentrional dos Jesuítas Dispersos*, sob a proteção do Arcebispo daquela cidade, o cearense Dom Jerônimo Tomé da Silva (1849-1924), um “ex-aluno dos Jesuítas no Colégio Pio Latino de Roma e ex-professor dos Seminários de Olinda e da Prainha, em Fortaleza”, conforme indicação de Azevedo (1986, p. 08). Trata-se de um acontecimento marcante, dado que a essa Congregação será atribuído um papel de destaque, ao lado de outras ali já instaladas, para o fortalecimento do ideário católico e cívico local.

Não é preciso dizer que a escolha do município cearense de Baturoidé para instalação de uma Escola Apostólica e de uma Residência em Fortaleza, como parte daquela Missão, estava orientada, em grande parte, pelo vigor do catolicismo ali instalado, como podemos ver adiante, em relato do historiador jesuíta Ferdinand de Azevedo:

O convite de Dom Manuel aos Jesuítas caracterizava bem sua opinião favorável não somente à Companhia de Jesus, mas também às Congregações Religiosas em geral. Este grande Arcebispo tinha uma visão abrangente das atividades religiosas. Zeloso do bem-estar social e espiritual de seu povo, ele fundou o influente diário “O Nordeste”, e a Cooperativa de Crédito Popular São José, cujo nome, mais tarde, foi mudado para o de Banco Popular de Fortaleza. Durante a seca de 1915 procurou e conseguiu alimentos do governo da União para

aliviar os sofrimentos do povo sertanejo. Fortaleza o prestígio por seu espírito compreensivo e deu a uma de suas mais importantes avenidas o nome de “Avenida Dom Manoel”. (AZEVEDO, 1986, p. 227)

É necessário que se diga da função relevante que o jornal católico *O Nordeste* tem nessa política de enfrentamento do pensamento laico, divulgação da ação católica no Ceará e de sua articulação com as diretrizes do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil. A sua leitura oferece indicações fartas sobre o debate político em curso no Ceará, nas décadas de 1920 e 1930, articulado aos demais jornais locais – a exemplo de *O Ceará*, de vertente anticlerical – no qual identificamos uma configuração de forças políticas diversas, na voz de intelectuais e políticos positivistas, católicos e militaristas.

Por ter sido esse momento palco da discussão entre católicos e laicos, a década de 1930 é tomada aqui como um período importante para o exame da militância cívica e religiosa na construção do projeto civilizador nacional, conforme estudos de Cavalcante (2012). Relembramos neste artigo que, não obstante a tendência dos nossos manuais de história educacional de enfatizar a influência da cultura escolar dos Jesuítas, como herança do tempo colonial, naquele ambiente histórico do republicanismo brasileiro, o retorno da Companhia de Jesus, ou seja, de um segmento da Província Portuguesa dos Jesuítas, ao nordeste do Brasil, no século XX, irá ocorrer no quadro de um catolicismo em ebulição, que acolhe a sua missão catequética, com a fé redobrada no princípio civilizador do cristianismo, que foi o cimento cultural da empresa colonial no Brasil, temática que nos ocupou por uma década, estudo registrado em Cavalcante (2021).

Para melhor entender as divergências ideológicas inscritas no referido debate, beneficiamo-nos da perspectiva de análise explorada e atualizada por Fernando Catroga (2010), ao tratar do sentido moderno da República e da chamada religiosidade civil. No que concerne à espe-

cificidade do lugar ocupado por esse debate no quadro republicano do Brasil, onde a disputa entre laicos e católicos acabaria por configurar uma espécie de “religião civil brasileira”, é fruto de uma longa história de tensão entre doutrinas humanitárias e religiosas diversas, conforme defende o historiador baiano Thales de Azevedo.

[...] Não é descabido sugerir, que vige no Brasil uma tensão entre o espírito cristão que marca nossa história e uma versão de humanismo que teria como função, motivar: a ordem, o desenvolvimento, a modernização; humanismo no sentido pragmático e de um teísmo, quase um deísmo, aconfessional, que se justificaria pela neutralidade estatal e pelo pluralismo religioso verificado no país. Não custa entender que a doutrina estatal deriva do conflito com interpretações da doutrina social cristã e católica para com o ideário do sistema autoritário e tecnocrático, a que não é alheia uma *forma mentis* positivista. Resulta para a Nação um dilema político. A tese que esboçamos, vale advertir, não se destina a justificar ou a absolver a Igreja, mas, antes, a introduzir um novo critério na apreciação dos fenômenos que a envolvem junto com o Estado e a sociedade. (AZEVEDO, 1981, p. 10)

O debate registrado pela imprensa em Fortaleza, nas décadas de 1920 e 1930, analisado por Ferdinand de Azevedo (1986), dentre outros, mostra que o processo de fortalecimento do catolicismo no Ceará encontra-se associado ao ideal de recristianização integral da família, da escola, do operariado, do exército e do Estado brasileiro, tanto pela aproximação entre clérigos, católicos leigos, círculos operários e elite letrada quanto pelo ensino veiculado em instituições confessionais e ação pastoral e organização política da Igreja.

Esse processo de fortalecimento católico contará com a presença dos Jesuítas portugueses, a quem o Clero cearense ajudará na construção de sua Residência e Casa de Retiros e entregará a imponente Paróquia e Igreja do Cristo-Rei, em Fortaleza; e ainda da Escola Apostólica, no município de Baturité, localizado em zona serrana, não muito dis-

tante da capital e a ela ligado pela estrada de ferro, que também conta com um movimento católico local de grande intensidade.

Convém assinalar que a ofensiva católica no Ceará encontra adversários ferrenhos, por parte de um segmento representado pelo pensamento laico, o qual será aqui apenas aludido. Em 1934, por exemplo, haverá em Fortaleza o debate acirrado em torno da educação pública no Brasil, capital anfitriã do *VI Congresso Nacional de Educação*, ocasião em que se dá o choque de antagonismos palpitantes entre católicos e laicos e sai o pedido de inclusão do ensino religioso dirigido à Assembleia Nacional Constituinte.

Concluimos ser esta uma experiência republicana fortemente marcada pela cultura religiosa católica, no interior da qual foi cunhada uma dimensão cívica, militar e patriótica de edificação do Brasil, uma combinação de elementos que nos aproxima do conceito de “religião civil brasileira” de Azevedo (1981), da qual fizeram parte e tiveram forte papel de coadjuvantes muito prestigiados os Jesuítas proscritos pelos republicanos portugueses, dando a estes a possibilidade de construir aqui o que lhes foi negado em Portugal e moldar a formação de uma elite católica.

Esta elite terá sido preparada para a condução da vida política do Ceará, estando em articulação com os representantes da política nacional, especialmente, durante os anos 1930, quando é ordenada a República de Vargas e o Estado Novo, sob inspiração ideológica autoritária, como sugere a leitura de Medeiros (1978).

Trata-se de um período em que os ocupantes do Ministério da Educação são, notadamente, Francisco Campos e Gustavo Capanema – políticos mineiros de extração católica – que, segundo o estudo organizado por Schwartzman e outros (1984), entre inúmeras outras iniciativas, favorecerão a luta pela preservação do ensino religioso na escola pública e manutenção da rede de escolas confessionais no País, o que

será recebido pelo movimento católico cearense como vitória a ser comemorada.

Inovação educacional no Ensino Secundário em Juazeiro do Norte: interiorização do ideário da Reforma de 1922

Joaquim Moreira de Souza, Diretor da Instrução Pública do Ceará no começo dos anos 1930, propõe que o ensino normal oferecido apenas na capital seja interiorizado. A Escola Normal Rural do Juazeiro do Norte (1934), conforme narrativa de Amália Xavier de Oliveira (1984) e estudos de Mirelle Araújo da Silva (2011), Pedro Ferreira Barros (2011) e Delane Lima Nogueira (2008), é considerada a primeira instituição de ensino secundário do Juazeiro do Norte e a primeira escola normal rural do Brasil. Ao ser fundada, oferece oportunidade de estudos para esse nível de ensino, tanto para moças quanto rapazes, sendo um desdobramento da reforma do ensino normal de 1922 na capital do Ceará, sob a bandeira da interiorização do ensino normal; por décadas foi responsável pela formação de docentes para o ensino primário no Cariri cearense.

A Escola Normal Rural do Juazeiro foi fiel à sua proposta pedagógica inicial até o ano de 1973. Eu me refiro aqui à proposta real, não ao plano ideal que orientou a sua implementação. A partir desta data e por força da Lei nº 5692/71, implantada em 1972, ela começou a se afastar da sua história, do seu entorno, para alinhar-se no envolvimento com uma proposta que se dizia atender aos reclamos da sociedade brasileira na sua globalidade. (BARROS, 2011, p. 196)

A sua existência abriu espaço para a formação, em três décadas, de uma rede de escolas normais rurais no Ceará, fenômeno indicado por Plácido Castelo (1970) e Joaquim Moreira de Sousa (1955), o qual foi foco, mais recentemente, da tese de Fátima Maria Leitão Araújo

(2014), sob o título *Mulheres letradas e missionárias da luz: ideal de formação nas escolas normais rurais do Ceará (1930-1960)*, quando inúmeras outras escolas inspiradas no exemplo da Escola Normal de Juazeiro foram criadas, conforme lista da referida autora: Colégio Sagrado Coração de Jesus (Quixadá), Colégio Nossa Senhora Santana (Iguatu), Escola Normal Rural (Crateús), Escola Normal Rural Joaquim Magalhães (Itapipoca) e Escola Normal Rural (Ipu).

Só em 1934 foi criada, no Ceará, uma instituição desse caráter. Anos depois, foram implantadas outras escolas normais rurais no Estado. De acordo com Moreira de Sousa (1955), em 1959 havia 19 escolas normais rurais espalhadas pelo Território cearense. Destas, Plácido Castelo (1951) lista a Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte (instalada em 15 de fevereiro de 1938 e oficializada pelo Decreto n.º 485, de 23 de janeiro de 1939); o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Quixadá (fundado em janeiro de 1938); o Colégio Senhora Santana, em Iguatu (inaugurado em 5 de fevereiro de 1939 e oficializado pelo Decreto n.º 49, de 15 de dezembro de 1939), a Escola Normal Rural de Crateús (fundada a 2 de julho de 1942 e equiparada à de Juazeiro do Norte) e a Escola Normal Rural Joaquim Magalhães (instalada em 19 de março de 1945). (NOGUEIRA, 2008, p. 95-96)

Ao lado da Escola Normal Rural está o Colégio Salesiano do Juazeiro do Norte, na condição de instituições fundantes do ensino secundário na região, as quais abrem espaço para escolas primárias experimentais: o Grupo Rural Modelo é o espaço da prática de uma nova pedagogia na Escola Normal Rural do Juazeiro (ENRJ); em 1936, foi criada a Escola Primária Profissional instalada no município do Juazeiro do Norte, núcleo inicial do futuro colégio dos salesianos.

São da tradição oral, no sul do Estado, as considerações do Dr. Bezerra de Meneses, acatado médico radicado no Rio de Janeiro, ao Padre Cícero Romão Batista, no sentido de que o saudoso, benquisto, ponderado e prestigiado sacerdote fundasse, na terra adotiva, sob a orientação dos Padres Salesianos, uma escola profissional. É exato que os Salesianos foram

legatários dos bens deixados pelo ilustre vigário da cidade por ele fundada. É verdade, ainda, que dos próprios que figuram no testamento houve exceção do Sítio Santo Antônio, já doado ao Estado para um patronato agrícola [...] (CASTELO, 1970, p. 181)

A Escola Primária Profissional do Juazeiro do Norte apresenta o seu regime de aulas e disciplinas regulamentado, detalhadamente, por lei de 20 de maio de 1936, assinada pelo governo estadual, o que mostra uma ação coordenada entre o chamado Patriarca do Juazeiro, a Ordem Salesiana e o Poder público. O artigo primeiro esclarece os propósitos maiores dessa instituição educativa, que funcionará em regime de internato e semi-internato, “tendo por fim, a preparação de jovens maiores de dez anos e menores de dezoito, para exercício de profissões de base manual e mecânica, compreendendo as fainas agrícolas e pastoris, sob o regime” (CASTELO, 1970, p. 181). É interessante observar, no corpo da lei de fundação, a sua composição curricular, com matérias de cultura geral – Português, Geografia e História Pátria, Matemática, Educação moral e cívica, Ciências físicas e naturais, Agricultura, Indústrias rurais e Elementos de Veterinária – e o chamado curso de preparação profissional, o qual tem a seguinte composição, quanto aos ofícios: Tornearia e Marcenaria, Entalhação, Tapeçaria e Empalhação, Sapataria, Fiação e Tecelagem, Instalações elétricas e aparelhos de rádio; e a parte de Horticultura e Jardinagem: Pomicultura, Avicultura, Apicultura, Sericultura, Laticínios e Mecânica agrícola (CASTELO, 1970, p. 182-183).

O estudo de Núbia Ferreira de Almeida (2013) sobre o Colégio Salesiano em Juazeiro do Norte, entre os anos 1939 e 1950, evidencia a instalação da Congregação Salesiana e da pedagogia de D. Bosco; assim como a criação de escolas profissionais, a construção da sua sede e abertura de vagas no ensino ginásial, enquanto instituição escolar católica, que contou com o apoio privado e público, e veio a suprir a falta de instituições públicas secundárias masculinas.

O Colégio Salesiano, fundado em 26 de abril de 1942, na cidade de Juazeiro do Norte, congregou, desde a sua fundação, jovens de várias classes sociais do município e cidades vizinhas, desenvolvendo atividades que abrangiam não só a educação formal, como acontece atualmente. Mas, também práticas no Oratório Festivo, na Escola Agrícola São José, nas oficinas e em escolas profissionalizantes para crianças pobres. (ALMEIDA, N., 2013, p. 25-26)

Tratando da educação no Juazeiro, Raimundo de Oliveira Borges (2004), baseado em lista de Tarcila Cruz Alencar, professora da Escola Normal Rural do Juazeiro, nesse período, mostra as instituições de ensino secundário existentes naquela cidade, no ano de 1961, fruto de iniciativas privadas e do poder público, para uma oferta que combina a natureza laica e católica.

Ensino Ginásial: Ginásio Salesiano, Ginásio Santa Teresinha, Ginásio Estadual E.N.R. Ginásio Menezes Pimentel; Ensino Pedagógico: Escola Normal Rural, Ginásio Santa Teresinha; Ensino Técnico Comercial: Escola Técnica do Comércio; Ensino Teológico: Pré-Seminário Salesiano; Pré-Seminário dos Franciscanos, Seminário Batista (Protestante). (BORGES, 2004, p. 91)

A expansão do ensino secundário de Juazeiro evidencia uma tendência existente nos principais centros urbanos do Ceará, na capital e nas zonas Norte (Sobral) e Sul (Crato-Juazeiro), entre os anos 1930 e 1960, o que não significa que o acesso a esse nível de escolaridade tenha deixado de ser restrito, em termos demográficos. O caso do Liceu do Ceará sinaliza a tendência do aumento da demanda por vagas do ensino secundário.

O Liceu do Ceará, nos anos 1930 e 1940 era um estabelecimento em crescimento e expansão em suas atividades educacionais, colaborando para isso o aumento da demanda por vagas no ensino secundário empreendido pelas classes médias urbanas que viam nesse nível de ensino a possibilidade

de ascensão social e a obrigatoriedade de frequência e a nova divisão do curso secundário instituídas pela reforma Francisco Campos. (CUNHA NETO, 2005, p. 42)

Trata-se de uma migração de vetor rural-urbano, que faz crescer demandas sociais por serviços públicos, sobretudo nas áreas da educação e saúde, uma tendência que marca o Brasil desse período, em processo de acelerada urbanização. Desse modo, continua o empenho político em reter parte da população rural, do que é parte o chamado Ruralismo pedagógico, iniciado nos anos 1920 e 1930; em função disso, surgem alguns projetos voltados para a criação de estabelecimentos de ensino agrícola, conforme ilustra muito bem, na década seguinte, o caso do Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira (1947).

Instituições educativas e Ensino Técnico Secundário (1950-1960): o caso do Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira e da rede escolar rural cearense

Nos anos 1950-1960 continua o empenho político em reter parte da população rural, do que é parte o chamado Ruralismo pedagógico, iniciado nos anos 1920 e 1930, quando surgem alguns projetos voltados para a criação de estabelecimentos de ensino agrícola, conforme ilustra o caso do Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira (1947), um modelo americano de ensino disseminado no Pós-Guerra, em regime de internato e semi-internato, que atraiu centenas de rapazes sertanejos em busca de qualificação na área agrícola e suscitou a criação de instituições similares em outras cidades cearenses, conforme estudo de José Wagner de Almeida (2013).

Segundo a literatura consultada, sobretudo os estudos de Sonia Regina de Mendonça (2006), sobre as relações entre Estado e ensino agrícola no Brasil, a influência norte-americana terá sido decisiva na

implantação e renovação do ensino agrícola no Brasil, em meados do século XX. Os reflexos destas políticas educacionais no estado cearense foram sentidos, quando da criação de vários estabelecimentos de ensino agrícola na década de 1947, embora o início das atividades somente se efetivasse a partir da década de 1950, como foi o caso da Escola de Iniciação Agrícola de Lavras da Mangabeira em 1954.

O Diário Oficial da União de fevereiro de 1957, Seção I, p. 3302, menciona as seguintes escolas em efetivo exercício das atividades de ensino agrícola no Ceará: Escola de Iniciação Agrícola de Lavras da Mangabeira; Escola de Iniciação Agrícola de Pacatuba; Escola Agrotécnica de Crato; Escola de Iniciação de Pacoti; Escola Agrícola de Iguatu; Curso de Extensão Rural de Economia Doméstica (ALMEIDA, 2016).

Em outro registro presente no Serviço de documentação – Secretaria Geral – Ministério da Educação e Cultura (MEC, 1970), encontramos a relação nominal dos Colégios e Ginásios Agrícolas do Ceará cadastrados até o ano de 1970: Colégio Agrícola de Acopiara; Colégio Agrícola do Crato; Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira; Colégio Agrícola Iguatu; Ginásio Agrícola de Granja; Ginásio Agrícola de Guariacaba do Norte; Ginásio Agrícola de Santana de Acaraú; Ginásio Agrícola de Tianguá; Ginásio Agrícola de Uruburetama.

Pudemos, assim, recompor uma cartografia do ensino agrícola para o período assinalado, que evidencia a sua importância política, o que nos levou a perguntar sobre o seu abandono, conforme desdobramentos posteriores. Afinal, se o ensino agrícola representou uma possibilidade de resgatar o Brasil do atraso, por meio de uma política agrícola assentada na concepção de modernidade e/ou de “desenvolvimento”, como explicar a decadência desse ramo de ensino e o descaso para com as instituições que lhe deram feição?

Considerações finais

O leque de instituições educativas e tópicos do debate educacional, aqui apresentados como roteiro simplificado de estudos sobre a História educacional do Ceará, sinalizam uma opção ou modo de olhar o fenômeno educativo, que necessita ser vinculado a outras instâncias de ordenamento político e econômico da sociedade e época examinadas.

Para que essa análise ganhe maior densidade é preciso estabelecer interlocução com as fontes pesquisadas, sejam elas historiográficas e/ou documentais, orais, pictóricas ou jornalísticas. As instituições escolares são modelos de educação que circulam entre sociedades diferentes, podendo, assim, ser comparadas; estão sujeitas a influências externas e critérios civilizacionais que mostram o fenômeno educativo como processo de organização de corpos e mentes, ligado a um dado repertório de valores e intenções de dominação de natureza econômica e político-cultural.

Vale salientar a formação de uma cultura pedagógica de inovação no meio intelectual e social cearense, sobretudo em torno da Escola Normal, que foi semeada em vários períodos históricos e reverbera até os dias atuais. Desse modo, em torno dessas instituições matriciais terá sido traçado o rumo da educação do Ceará, tanto da sua escola primária quanto secundária, em articulação com a política nacional de educação de cada período assinalado, em nome de uma construção republicana que ainda hoje se mostra frágil e ameaçadora.

Se, ao completar um século, em 1922, a Nação Independente do Brasil instigou educadores, intelectuais e políticos a discutir o seu sentido identitário, advogando a necessidade de criação de escolas em todos os níveis, o que não irá provocar em 2022, nos brasileiros pensantes, justamente quando parece que emburrecemos, por força de uma circunstância infeliz jamais sonhada, que dirá desejada, que promove

entre outras coisas o desmonte de várias conquistas da área educacional no Brasil.

Uma senhora de duzentos anos merece ser tratada com afeto e zelo. Não “cola” mais chamá-la de jovencinha, nem dizer que ainda está a aprender o que é a democracia ou que só será alguma coisa melhor no futuro. Estando já longeva e muito perto de morrer por asfixia e engavetamento de ideias e projetos edificantes, ela precisa de muito oxigênio e injeção de ânimo para tirar as nódoas de lama e todo tipo de boçalidade em que a meteram uma gente inescrupulosa que a chama de Pátria e a maltrata de todo jeito, queimando o verde de sua bandeira, enchendo o seu céu azul-estrelado de fumaça das suas matas, apropriando-se ou jogando fora os seus tesouros, infernizando a convivência e apostando no aumento da miséria social. Afinal, apagar as 200 velinhas e repartir esse bolo com justiça pede fôlego e indiscutível coragem política para reconstrução.

* * *

Referências

ABREU, Berenice. *Intrépidos Romeiros do Progresso: maçons ceraenses no Império*. Fortaleza, Museu do Ceará-SECULT-CE, 2009.

ALMEIDA, José Wagner de. *Colégio Agrícola de Lavras de Mangabeira (1947-2008): elite rural, ingerência estrangeira e circulação de ideias pedagógicas para o progresso do Brasil e do Ceará* / José Wagner de Almeida. 2016. 272 f: il. color. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016. Orientação: Profa. Dra. Maria Juraci Maia Cavalcante.

ALMEIDA, José Wagner de. Modelo de Ensino do Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira (1947-2008): Orientação Política dos Estados Unidos da América e Circulação de Ideias Pedagógicas para o Progresso do Ceará. In: CAVALCANTE, Maria Juraci maia Cavalcante e outros (Org.). *História e Educação Comparada: Missões, Expedições, Instituições e Intercâmbios*. Fortaleza, Edições UFC, 2013, pp. 395-415.

ALMEIDA, Núbia Ferreira. *O Colégio Salesiano em Juazeiro do Norte e o Projeto Educacional do Padre Cícero*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ARAUJO, Fátima Maria Leitão. *Mulheres letradas e missionárias da luz: ideal de formação nas escolas normais rurais do Ceará (1930-1960)*. Fortaleza: Edições UFC/EDUECE, 2014.

AZEVEDO, Ferdinand. *A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste Brasileiro (1911-1936)*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1986.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Edusp, 2010.

AZEVEDO, Thales. *A Religião Civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis, Vozes, 1981.

BARROS, Pedro Ferreira. *Formação de Professores (as) Ruralistas em Juazeiro do Norte (1934-1973): um projeto emancipatório*. Fortaleza: Tese de Doutorado/Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira/UFC, 2011.

BASTOS, Maria Helena Câmara; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). *O Curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará*. Campinas/SP: Alínea, 2009.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Padre Cícero e a Educação em Juazeiro*. Rio/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2004.

CARVALHO, José. *Católicos nas vésperas da I República: os Jesuítas e a Sociedade Portuguesa*. O Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910). Porto: Civilização Editora, 2008.

-
- CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2010.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá – O Espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *História Educacional de Portugal: discurso, cronologia e comparação – um ensaio de crítica histórica*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O Debate Republicano, a Religião Civil brasileira, os Jesuítas e o Catolicismo no Ceará. In: CAVALCANTE, M. J. M. e outros. *História da Educação: república, escola e religião*. Fortaleza, Edições UFC, 2012.p. 231-244.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *Os Jesuítas: a escrita de si no corpo historiado dos índios: reflexões sobre o papel da sua ação missionária na experimentação de uma pedagogia moderna - um ensaio de crítica histórica*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2021.
- CUNHA NETO. Francisco Sales da. *Práticas do disciplinamento no Liceu do Ceará dos anos de 1937 a 1945*. Fortaleza: RBS Gráfica e Editora, 2005.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976.
- FERNANDES, Antonio Paulo Cyriaco. *Missionários Jesuítas no Brasil no tempo de Pombal*. Porto Alegre: Edição Livraria do Globo; Barcelos, Bertoso & Cia, 1936.
- GIRÃO, Raimundo. *História da Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1960.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Organização César Augusto dos Santos et al. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 4 v.
- LOPES, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil – Uma Interpretação*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.
-

- MAGALHÃES, Justino. Contributos para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Org.). *Para a História do Ensino Liceal em Portugal* – actas dos colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 63-77.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Ensino agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo-assistencialismo (1930-1950)*. Rio de Janeiro: UFF, 2006.
- MIGUEL, Maria Elisabeth; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. *Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil, de 1920 a 1946*. Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.
- MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé - Discurso e Prática Católicos*. Fortaleza: Edições UFC, 1987.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Trono e o Altar: as Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)*. Fortaleza: BNB, 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2009.
- NOGUEIRA, Delane Lima. *Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: registros sobre a constituição de uma cultura docente para a educação no campo*. Fortaleza: Dissertação de mestrado/Centro de Educação/UECE, 2008.
- OLIVEIRA, Amália Xavier de. *História da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte*. Edição comemorativa do 50^o aniversário de sua fundação, 1934-1984. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.
- SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. *Arquitetura e Instrução Pública: a reforma de 1922, concepção de espaços arquitetônicos e formação dos primeiros grupos escolares no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon et al. (Org.). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984.

SILVA, Mirelle Araújo da. *O Lavrador - A função do jornal na formação do professor ruralista de Juazeiro do Norte*. 1. ed. Fortaleza: IMEPH, 2011. v. 500.

SOUSA, J. Moreira de. *Por Uma Escola Melhor*. Relatório Apresentado por Ocasão do 6.º Congresso Nacional de Educação. Fortaleza/CE: Imprensa Oficial, 1934.

SOUSA, J. Moreira de. *Sistema Educacional Cearense*. Recife: MEC – INEP – CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RECIFE, 1955.

Documentos

Diário Oficial da União, de fevereiro de 1957 – Seção I.

Ministério da Educação e Cultura – MEC – Secretaria Geral – Serviço de documentação -1970.

Periódico

Jornal O Nordeste. Fortaleza, anos de 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1934.

Recebido em 08 de setembro de 2022.
Aprovado em 03 de outubro de 2022.